



PODER

Presidente diz que sistema de pagamento instantâneo é brasileiro e ninguém fará o país modificá-lo. Declaração ocorre após relatório apontar que o mecanismo é uma das principais barreiras impostas pelo Brasil aos interesses comerciais americanos

Lula reage aos EUA: Pix não vai mudar

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert / PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), reagiram, ontem, ao relatório produzido pelo governo dos Estados Unidos que aponta o sistema de pagamentos Pix como uma das barreiras impostas pelo Brasil ao comércio norte-americano.

Lula enfatizou que nenhum país nem “ninguém” vai alterar o funcionamento do método de pagamento instantâneo criado pelo país. “Os Estados Unidos fizeram um relatório, nesta semana, sobre o Pix, e eles disseram que distorce o comércio internacional, porque o Pix, acho que, cria problemas para a moeda deles. É importante a gente dizer para quem quiser nos ouvir: o Pix é do Brasil, e ninguém vai fazer a gente mudar o Pix, pelo serviço que ele está prestando à sociedade brasileira”, enfatizou. “O que nós podemos fazer é aprimorar o Pix para que, cada vez mais, ele possa atender às necessidades de mulheres e homens deste país.”

A declaração ocorreu durante visita do presidente às obras do VLT em Salvador. Ele já se encaminhava para o fim do discurso quando o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, se aproximou e disse: “Fala o negócio do Pix”.

O documento dos EUA foi publicado pelo escritório de representação comercial da Casa Branca (US-TR). Nele, a gestão norte-americana aponta o que chamou de “tratamento preferencial ao Pix, que prejudica os fornecedores de serviços de pagamentos eletrônicos dos EUA” (leia Saiba mais).

Na avaliação de Alckmin, as críticas de Washington não geram preocupações para o Brasil. “O Pix é um sucesso. Você tem uma coisa que o mundo inteiro hoje acompanha. Observa custo zero para o contribuinte, para o consumidor, e utilizando os meios digitais de forma impressionante. Você apertou ali já tá feito o depósito”, destacou Alckmin, ontem, em café da manhã com jornalistas, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Limites

Além do Pix, o relatório do US-TR disse que a “taxa das blusinhas”. De acordo com o USTR, o Brasil aplica uma taxa linear de 60% para



Lula durante evento em Salvador: ele foi orientado por ministro a comentar sobre as críticas dos EUA ao sistema de pagamento instantâneo



É importante a gente dizer para quem quiser nos ouvir: o Pix é do Brasil, e ninguém vai fazer a gente mudar o Pix, pelo serviço que ele está prestando à sociedade brasileira”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

todas as encomendas expressas importadas no regime de desembaraço simplificado, além de impor limites anuais para importadores.

Na entrevista de ontem, por sinal, Alckmin foi perguntado sobre

estudos para reduzir essa taxa, tendo em vista a proximidade das eleições. Disse que foi defensor da medida no passado para preservar o emprego e a renda dos brasileiros e frisou que a indústria têxtil e o setor de confecção empregam muito.

Segundo ele, mesmo com a tributação, a carga tributária ainda é “bem menor” do que a do item produzido no Brasil. “Eu não tenho participado desse debate, mas lá atrás, quando houve essa discussão, nós defendemos, porque entendemos que precisamos garantir uma lealdade concorrencial”, disse. “É a defesa do emprego e da renda”, acrescentou, ao detalhar que o produto nacional enfrenta uma carga tributária de quase 50%, enquanto o importado de até US\$ 50 paga em torno de 30%.

O USTR também critica o projeto de lei que amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre mercados digitais. A respeito disso, o vice-presidente ressaltou que “a única regulação” feita pelo Brasil quanto

Memória

Aplicativo de Zuckerberg

No ano passado, os EUA abriram uma investigação interna contra práticas comerciais do Brasil que consideram “desleais”. Entre elas, o Pix. Um dos motivos especulados para a medida é de que o BC teria favorecido o Pix em detrimento do WhatsApp Pay em 2020. O aplicativo é da empresa Meta, do empresário Mark Zuckerberg, aliado de Donald Trump.

Na ocasião, o Ministério das Relações Exteriores respondeu que o Pix visa a segurança do sistema financeiro, sem discriminar empresas estrangeiras. A defesa brasileira destacou que a administração pelo BC garante neutralidade ao sistema de pagamentos instantâneos e que outros bancos centrais, inclusive o Federal Reserve (Fed, Banco Central dos Estados Unidos) testam ferrementas parecidas.

O Pix foi lançado em 16 de novembro de 2020, mas os estudos para a implementação do sistema existiam pelo menos desde maio de 2018. (Agência Brasil)

a big techs foi o ECA Digital, voltado a proteger a infância.

Alckmin voltou a dizer que o Brasil não é problema para os EUA, já que eles têm superavit na balança de bens e serviços com o país.

E disse que a ideia é aumentar a complementaridade e a troca de investimentos. “Nosso trabalho é aumentar esse diálogo, essa parceria, essa cooperação”, destacou. (Com Agência Estado)

Taxa das blusinhas foi decisão de estados

O pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT, Fernando Haddad, voltou a comentar que a cobrança de impostos sobre as encomendas internacionais abaixo de US\$ 50 têm uma participação direta dos estados.

Ele fez referência ao ICMS, imposto estadual, com alíquota de 17%, exceto nos entes federativos que o majoraram para 20%. Haddad falou durante entrevista ao ICL News.

A cobrança de 20% de imposto de importação sobre as compras internacionais de pequeno valor foi aprovada por ampla maioria no Congresso Nacional em 2024. O tema ficou conhecido como “taxa das blusinhas”, embora a cobrança já estivesse em vigor há décadas. O

que o Legislativo fez foi uma diminuição da alíquota.

O varejo nacional apontava para sonegação de impostos, além de falar da ameaça ao setor com concorrência de produtos estrangeiros mais baratos que até então não pagavam, alegadamente, por impostos.

Haddad avaliou, ontem, que houve um “grave problema de desinformação” sobre o tema. “Até nosso campo político desinforma”, disse.

Ele afirmou ainda que a comunicação do governo federal é muito criticada, mas há limites sobre a eficiência em conter a desinformação.

O ex-ministro da Fazenda argumentou que 100% dos partidos do

Congresso aprovaram “de forma unânime” a cobrança de 20% de imposto de importação, e declarou que o texto, como foi aprovado, não passou pela mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O chefe do Executivo, contudo, sancionou a proposta. Haddad afirmou que Lula não queria, mas houve pressão do varejo.

Em crítica ao governador Tarcsísio de Freitas, Haddad ressaltou que São Paulo cobra ICMS nas remessas internacionais, sem manifestação contrária da direita. “Perguntam se estou arrependido da decisão que não tomei”, frisou o ex-ministro. Ele reconheceu, no entanto, que a concorrência para o varejo nacional estava “descalibrada”.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Haddad: “Perguntam se estou arrependido da decisão que não tomei”

Entenda o caso

“Barreiras comerciais”

O relatório anual do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) aponta o Pix, propostas de regulação de plataformas digitais e a chamada “taxa das blusinhas” como as principais barreiras impostas pelo Brasil aos interesses comerciais americanos.

No caso do Pix, o documento afirma que o Banco Central “criou, detém, opera e regula” o sistema de pagamentos instantâneos, levantando preocupações de que haja tratamento preferencial à plataforma pública em detrimento de provedores estrangeiros de serviços financeiros.

O USTR também critica o projeto de lei que amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre mercados digitais. A proposta cria regras mais duras para grandes plataformas, que poderão ser enquadradas como empresas de “relevância sistêmica” e passar a cumprir exigências antecipadas, como limitações a certas práticas comerciais e obrigações de interoperabilidade. Na avaliação americana, essas medidas podem afetar de forma desproporcional empresas dos EUA, com risco de multas de até 20% do faturamento global.

Em comércio eletrônico, o documento destaca a tributação sobre remessas internacionais, apelidada de “taxa das blusinhas”. De acordo com o USTR, o Brasil aplica uma taxa linear de 60% para todas as encomendas expressas importadas no regime de desembaraço simplificado, além de impor limites anuais para importadores.

O relatório reforça ainda críticas recorrentes a entraves estruturais, como a lentidão no registro de patentes, fragilidades na proteção à propriedade intelectual, tarifas sobre etanol, restrições sanitárias à carne suína dos EUA e exigências de conteúdo local no setor audiovisual.

No campo tarifário, o USTR classifica como elevadas as alíquotas brasileiras, com médias de 12,5% para bens industriais e 9% para agrícolas, além de apontar divergências entre tarifas consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e as efetivamente aplicadas.

As conclusões integram a investigação conduzida sob a Seção 301 da legislação comercial americana, que pode embasar a adoção de tarifas adicionais contra produtos brasileiros nos próximos meses.